

Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – CNODS

Câmara Temática Parcerias e Meios de Implementação – CTPMI

Relatório de Atividades 2018

Brasília. dezembro de 2018

Presidência da República Federativa do Brasil

Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - CNODS

Câmara Temática Parcerias e Meios de Implementação - CTPMI

Coordenação da CTPMI

Associação Brasileira de Municípios - ABM

Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - CONIF

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC

Rede ODS Brasil

Secretaria Executiva da CTPMI

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC

Rede ODS Brasil

Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Relatório de Atividades 2018 da Câmara Temática Parcerias e Meios de Implementação. Brasília: Presidência da República, 2018.

1. Desenvolvimento Sustentável – Brasil. 2. Agenda 2030. 3. Meios de Implementação.

Membros da CTPMI

Associação Brasileira de Municípios - ABM

Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior - ANDIFES

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

Casa Civil da Presidência da República

Confederação Nacional da Indústria - CNI

Conselho Nacional de Justiça - CNJ

Confederação Nacional de Municípios - CNM

Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - CONIF

Conselho Nacional de Secretários de Educação - CONSED

Conselho Nacional de Secretários Estaduais para Assuntos de Ciência, Tecnologia e Inovação - CONSECTI

Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP

Estratégia ODS

Federação Brasileira de Bancos - FEBRABAN

Frente Nacional de Prefeitos - FNP

Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável no Brasil - GT Agenda 2030

Instituto Espinhaço: Biodiversidade, Cultura e Desenvolvimento Socioambiental

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC

Ministério da Educação - MEC

Ministério da Saúde - MS

Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União - CGU

Ministério das Relações Exteriores - MRE

Ministério do Desenvolvimento Social - MDS

Ministério do Meio Ambiente - MMA

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - MP

Programa Cidades Sustentáveis

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD

Rede Brasil do Pacto Global

Rede ODS Brasil

Secretaria de Governo da Presidência da República - SEGOV

Tribunal de Contas da União - TCU

Assessoramento Técnico Permanente

Escola Nacional de Administração Pública - ENAP

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA

LISTA DE SIGLAS

ABC - Academia Brasileira de Ciências

ABM - Associação Brasileira de Municípios

ANDEPS - Associação Nacional da Carreira de Desenvolvimento e Políticas Sociais

ANDIFES - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CEBDS - Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável

CENSIPAM - Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia

CGEE - Centro de Gestão e Estudos Estratégicos

CGU - Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União

CNM - Confederação Nacional de Municípios

CNODS - Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CONIF - Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

CONSECTI - Conselho Nacional de Secretários Estaduais para Assuntos de Ciência, Tecnologia e Inovação

CONSED - Conselho Nacional de Secretários de Educação

CT&I - Ciência, Tecnologia e Inovação

CTPMI - Câmara Temática Parcerias e Meios de Implementação

EaD - Educação a Distância

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

ENAP - Escola Nacional de Administração Pública

FAMEP - Federação das Associações de Municípios do Pará

FEBRABAN - Federação Brasileira de Bancos

FNP - Frente Nacional de Prefeitos

GT - Grupos de Trabalho

GT Agenda 2030 - Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável no Brasil

IFB - Instituto Federal de Brasília

IFMS - Instituto Federal de Mato Grosso do Sul

IFRO - Instituto Federal de Rondônia

INPA - Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MCTIC - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
MDS - Ministério do Desenvolvimento Social
MF - Ministério da Fazenda
MMA - Ministério do Meio Ambiente
MP - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
MRE - Ministério das Relações Exteriores
ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
PD&I - Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RETE - Rede Brasileira de Pesquisa e Gestão em Desenvolvimento Territorial
SAF - Subchefia de Assuntos Federativos
SEGOV - Secretaria de Governo da Presidência da República
SNAS - Secretaria Nacional de Articulação Social
SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
TR - Termo de Referência
UFCG - Universidade Federal de Campina Grande
UFPA - Universidade Federal do Pará
UFU - Universidade Federal de Uberlândia
UnB - Universidade de Brasília
UPB - União dos Municípios da Bahia

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO

2. ATIVIDADES REALIZADAS

3. RESULTADOS PRELIMINARES

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

5. APÊNDICE: Resultados preliminares dos produtos demandados pela CNO DS

5.1. Lacunas, oportunidades e desafios referentes à ampliação, aprimoramento e fomento aos meios de implementação da Agenda 2030.

5.2. Mecanismos institucionais, metodologias e arranjos financeiros que incentivem parcerias multissetoriais para a implementação da Agenda 2030.

5.3. Ações para correlação do orçamento público em níveis federal, estadual e municipal para implementação da Agenda 2030

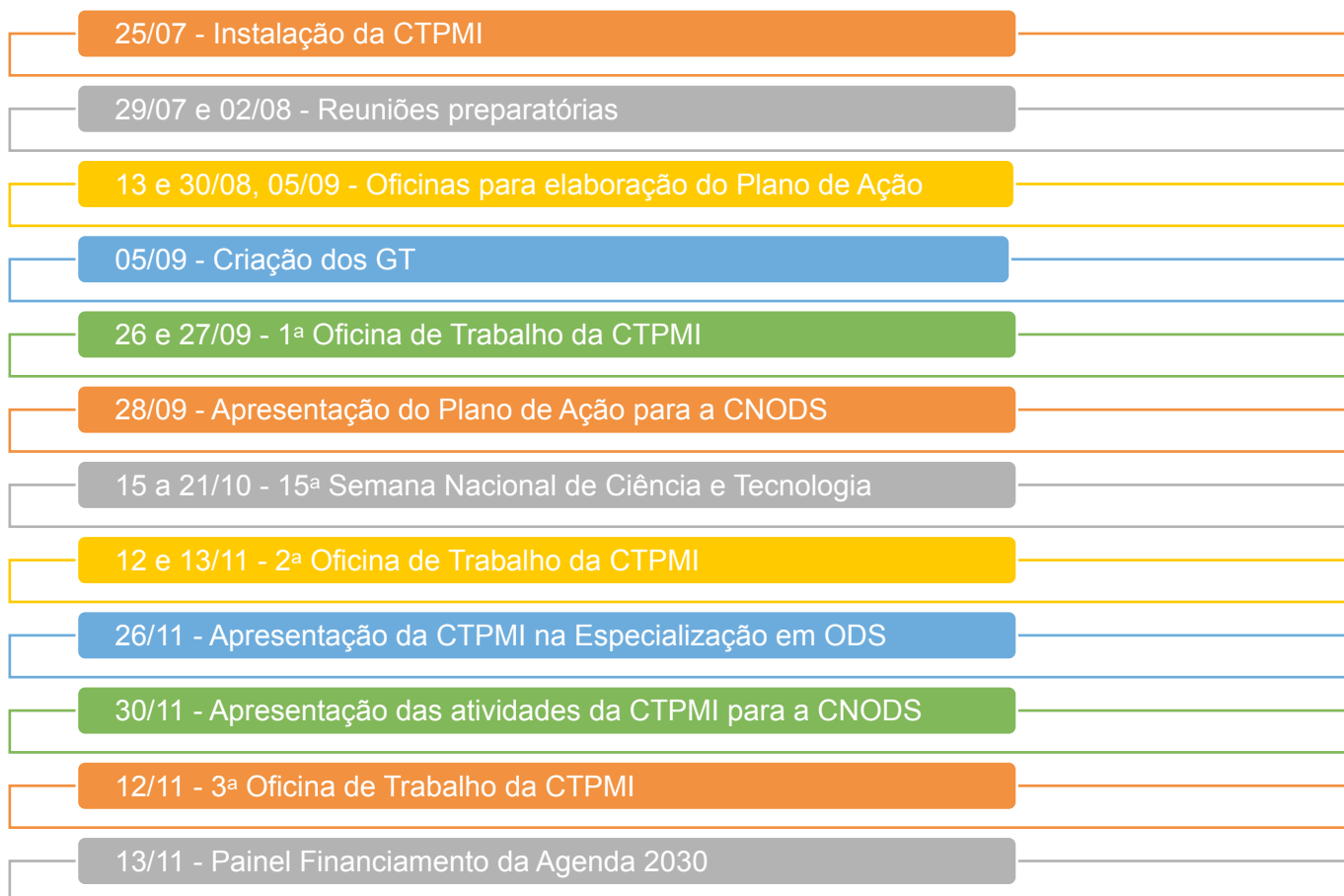
5.4. Mecanismos que contribuam para o desenvolvimento de pesquisa e tecnologia buscando o atingimento da Agenda 2030.

5.5. Programa de formação de formadores para desenvolvimento de capacidades e fortalecimento de políticas públicas.

5.6. Estratégias de financiamento e alocação de recursos que fomentem a implementação da Agenda 2030

1. APRESENTAÇÃO

Este relatório apresenta, de forma cronológica, as atividades realizadas pela CTPMI, desde sua instalação até a segunda quinzena de dezembro de 2018. E os resultados preliminares dos produtos demandados pela CNODS.



2. ATIVIDADES REALIZADAS

A CTPMI foi instalada dia 25/07/18, em cerimônia realizada no Anexo do Palácio do Planalto.



Figura 1. Cerimônia de Instalação, 25 de julho de 2018.

No dia seguinte à sua instalação, a Coordenação da CTPMI – por meio do MCTIC – convidou o CGEE a facilitar o processo de planejamento de seu Plano de Ação.

No dia 29/07/18, em reunião no MCTIC, a Coordenação da CTPMI¹ repassou ao CGEE as orientações e diretrizes para o planejamento de seu Plano de Ação: ser norteado pelos eixos estratégicos do Plano de Ação 2017-2019 da CNODS; pelo Regimento Interno da CNODS; pelas Resoluções N° 01/2018 e 02/2018 da CNODS; e pelo Termo de Referência da CTPMI.

Em reunião realizada no CGEE, dia 02/08/18, este apresentou à Coordenação da CTPMI² e à SEGOV um roteiro para o planejamento do Plano de Ação. O roteiro foi compartilhado com todas as instituições membros da CTPMI para apreciação e envio de contribuições, até o dia 08/08/18³. As contribuições foram compiladas pela Secretaria Executiva da CTPMI e encaminhadas para o CGEE.

No dia 13/08/18 foi realizada, no CGEE, a 1ª Oficina de Planejamento do Plano de Ação da CTPMI. Por questões metodológicas, esta atividade envolveu apenas parte das instituições membros da CTPMI⁴, que avaliaram as propostas apresentadas pelo CGEE e deliberaram sobre aprovação, rejeição ou ajuste das mesmas.



Figura 2. 1ª Oficina de Planejamento do Plano de Ação da CTPMI, 13 de agosto de 2018.

No dia 30/08/18 foi realizada, no CGEE, a 2ª Oficina de Planejamento do Plano de Ação da CTPMI. As instituições membros e convidadas participaram de forma presencial⁵ e virtual⁶, avaliando as propostas feitas pelo CGEE e deliberando sobre aprovação, rejeição ou ajuste das mesmas.

¹ ABM, MCTIC, Rede ODS Brasil (representada por Prefeitura de Barcarena).

² ABM, CONIF (representada por IFRO e IFMS), MCTIC, Rede ODS Brasil (representada por Prefeitura de Barcarena).

³ Recebidas de: ABM, CNM, Rede Brasil do Pacto Global, Rede ODS Brasil.

⁴ ABM, CGU, CNM, Instituto Espinhaço, MCTIC, MP, Rede ODS Brasil (representada por Prefeitura de Barcarena), SEGOV (representada por SAF e SNAS).

⁵ CGU, CNM, CONIF (representada por IFRO), IPEA, Instituto Espinhaço, MAPA (convidado pela Coordenação da CTPMI), MCTIC, MDS, MP, MRE, Rede Brasil do Pacto Global, Rede ODS Brasil (representada por Prefeitura de Barcarena), SEGOV (representada por SNAS).

⁶ ANDIFEG (representada por IFRO), FERRARIAN, CT Aço e Sider (representada por Constra)



Figura 3. 2ª Oficina de Planejamento do Plano de Ação da CTPMI, 30 de agosto de 2018.

No dia 05/09/18 foi realizada, no CGEE, a 3ª Oficina de Planejamento do Plano de Ação da CTPMI. As instituições membros e convidadas participaram de forma presencial⁷ e virtual⁸ e, mais uma vez, avaliaram as propostas feitas pelo CGEE e deliberaram sobre aprovação, rejeição ou ajuste das mesmas.



Figura 4. 3ª Oficina de Planejamento do Plano de Ação da CTPMI, 05 de setembro de 2018.

No mesmo dia, a Coordenação da CTPMI publicou a Resolução N° 01/2018, normatizando os GT que são responsáveis pela execução de seu Plano de Ação. E o CGEE entregou o Relatório das Oficinas de Planejamento, que foi disponibilizado para as instituições membros da CTPMI apreciarem e enviarem suas considerações finais.

Na manhã do dia 26/09/18, a CTPMI participou do lançamento do Caderno Desafios e Condicionantes para a implementação da Agenda ODS na Administração Pública Federal brasileira, na ENAP. À tarde, ainda na ENAP, foram realizadas três oficinas simultâneas para

⁷ ABM, CGU, CNM, ENAP, Instituto Espinhaço, IPEA, MAPA (convidado pela Coordenação da CTPMI), MCTIC, MMA, MP, Rede ODS Brasil (representada por Prefeitura de Barcarena), SEGOV (representada por SAF e SNAS).

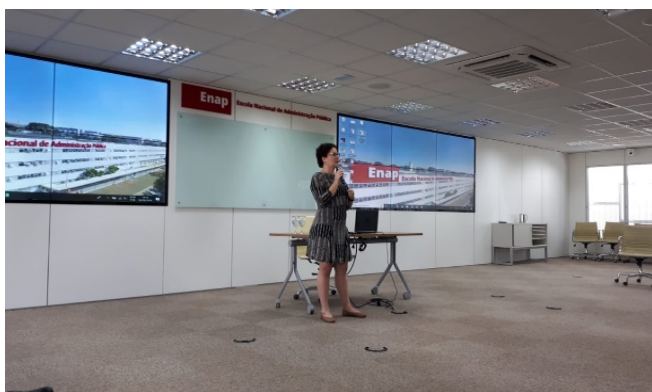
⁸ ANDIFEQ (Associação de Instituições Federais de Ensino Superior) - GT Ações de Gestão (representada por CTPMI)

planejamento dos GT com a participação de instituições membros⁹ e convidadas¹⁰. A Secretaria Executiva da CTPMI repassou orientações gerais sobre os prazos estabelecidos pela CNODS. Em seguida, cada GT se dirigiu a uma sala para elaborar seu TR, definir as ações necessárias para a elaboração de seus produtos, calendários de atividades e entregas.

Os GT deram continuidade às suas atividades na manhã do dia seguinte e, à tarde, ocorreu a culminância dos GT, que consolidou o Plano de Ação da CTPMI.



Lançamento do Caderno Desafios e Condicionantes



Orientações gerais aos GT



Orientações gerais aos GT



Orientações gerais aos GT



GT 1



GT 1

⁹ ABM, ANDIFES (representada por UFU), CGU, CONIF (representada por IFRO), ENAP, GT Agenda 2030 (representado por Gestos), Instituto Espinhaço, IPEA, MCTIC, MMA, MP, MRE, Rede ODS Brasil (representada por Prefeitura de Barcarena), Rede ODS EMBRAPA, SUDAM, UFPA, SEGOV (representada por SAF).

¹⁰ Comitê Gestor: ANDIFES, ENAP, MMA, MRE, SUDAM, UFPA, SEGOV.



GT 2



GT 2



GT 3



GT 3



Culminância dos GT



Culminância dos GT



Culminância dos GT



Culminância dos GT

Figura 5. 1ª Oficina de Trabalho da CTPMI, 26 e 27 de setembro de 2018.

Na manhã do dia 28/09/18, durante a 5ª. Reunião Extraordinária da CNODS, realizada no Palácio do Planalto, a CTPMI apresentou seu Plano de Ação 2018-2019 para apreciação do plenário da Comissão.

Nos dias 12 e 13/11/18, ocorreu a 2ª Oficina de Trabalho da CTPMI¹⁵. Na tarde do dia 12, a Secretaria Executiva da CTPMI contextualizou novos membros e convidados sobre o que havia sido feito até aquela data; o PNUD conceituou os diversos meios de implementação da Agenda 2030; e a SEGOV apresentou o que o Governo brasileiro e a CNODS têm feito. Na manhã do dia 13, a SEGOV apresentou suas considerações sobre os TR dos GT. À tarde, os GT se dividiram para definir seus próximos passos e depois se reuniram para a culminância e deliberação sobre pautas gerais.



Figura 8. 2ª Oficina de Trabalho da CTPMI, 12 e 13 de novembro de 2018.

No dia 26/11/18, durante a disciplina Meios de Implementação da Agenda 2030 – ministrada pelo PNUD no âmbito da especialização em Desenvolvimento Local e Objetivos de

¹⁵ ABM; ANDIFES (representada por UFU); CGU; CNM (representada por UPB); CONIF (representada por IFB e IFRO); GT Agenda 2030 (representado por Gestos); Instituto Espinhaço; MCTIC; MMA; Rede Brasil do Pacto Global; Rede ODS Brasil (representada por CENSIPAM, Prefeitura de Barcarena, Rede ODS EMBRAPA, RETE, CUDAM, UFGO, UFRPA, SEGOV (representada por CAE) e ONAC).

Desenvolvimento Sustentável, na ENAP – a Secretaria da CTPMI¹⁶ fez uma exposição sobre sua atuação e convidou os discentes a colaborar com os produtos R. 2.3.1 e R.2.3.2 do Plano de Ação da CTPMI.



No dia 30/11/18, a Secretaria Executiva da CTPMI¹⁷ participou da 4ª Reunião Ordinária da CNODS, realizada no Palácio do Planalto, para apresentar as ações em andamento. Na ocasião, também expôs as dificuldades encontradas na execução de seu Plano de Ação.



Figura 9. 4ª Reunião Ordinária da CNODS, 30 de novembro de 2018.

¹⁶ Rede ODS Brasil (representada por Prefeitura de Barcarena).

¹⁷ Rede ODS Brasil (representada por Prefeitura de Barcarena).

Na tarde do dia 12/12/18, ocorreu a 3ª Oficina de Trabalho da CTPMI¹⁸, na ENAP. Foram discutidos o relatório final e os encaminhamentos para o fechamento dos produtos parciais dos três Grupos de Trabalho. Foram também detalhadas as atividades previstas para 2019.



Figura 10. 3ª Oficina de Trabalho da CTPMI, 12 de dezembro de 2018.

No dia 13/12/18, a CTPMI promoveu o 1º Painel sobre Meios de Implementação da Agenda 2030, abordando o tema Financiamento. A atividade, realizada na UnB, teve como painelistas representantes de instituições membros da CTPMI¹⁹.

¹⁸ Participantes: ANDEPS, ANDIFES (representada por UFU), BNDES, CGU, CONIF (representada por IFRO, IFB), GT Agenda 2030 (representado por Gestos), Instituto Espinhaço, MCTIC, MMA, Rede Brasil do Pacto Global, Rede ODS Brasil (representada por CENSIPAM, Prefeitura de Barcarena, Rede ODS EMBRAPA, SUDAM, UFCG, UFPA), SEGOV (representada por SAF, SNAS).

¹⁹ Painelistas: Cláudio Fernandes – Gestos, representante titular do GT Agenda 2030; Haroldo Machado Filho, representante titular do PNUD; Marconi Viana, representante titular do BNDES; Ricélia Sales – UFCG, representante suplente da Rede ODS Brasil. Moderação: Patrícia Menezes – Prefeitura de Barcarena, representante titular do Pacto Global.



Figura 11. Painel Financiamento da Agenda 2030, 13 de dezembro de 2018.

3. RESULTADOS PRELIMINARES

✚ R.2.1. DIAGNÓSTICO SITUACIONAL

R.2.1.1. Produzir relatório sobre lacunas, oportunidades e desafios referentes à ampliação, aprimoramento e fomento aos meios de implementação da Agenda 2030

A CTPMI tem a finalidade de subsidiar as decisões da CNODS por meio da elaboração de estudos técnicos e propostas referentes ao desenvolvimento e aperfeiçoamento de políticas e ações (relativas às parcerias e aos meios de implementação) necessárias à concretização dos objetivos e das metas da Agenda 2030. Logo, o diagnóstico situacional sobre a implementação da Agenda 2030 no país é essencial para subsidiar e qualificar essas propostas.

Este diagnóstico irá identificar lacunas, oportunidades e desafios referentes à ampliação, aprimoramento e fomento aos meios de implementação da Agenda 2030. Para isso, ele requer a produção de estudos que sejam capazes de promover um melhor entendimento sobre a Agenda 2030, sua aderência e alinhamento junto às políticas públicas, assim como as

capacidades do Poder Executivo (federal, estaduais e municipais) para a implementação dessas políticas.

De responsabilidade do GT 1, este produto servirá de subsídio para outros previstos no Plano de Ação da CTPMI. Para a sua elaboração:

- A Secretaria Executiva da CTPMI encaminhou, no dia 24/10, o ofício N° 10/2018²⁰ ao IPEA solicitando estudo técnico para subsidiar este produto.
- A Rede ODS Brasil (por meio da UFCG) realizou uma oficina para levantar dados sobre o tema, disponível no item 5.1 deste Relatório.
- O GT 1 planejou um Ciclo de Painéis abordando os seis eixos estruturantes dos Meios de Implementação da Agenda 2030: I. Finanças; II. Ciência, Tecnologia e Inovação; III. Capacidades; IV. Comércio; V. Questões Sistêmicas; VI. Parcerias multissetoriais.

O 1º Painel – Financiamento da Agenda 2030 foi realizado em parceria com o GT 3, que apresentou os resultados preliminares de seu trabalho.

Os demais Painéis serão realizados até maio de 2019. As relatorias dos Painéis servirão de subsídio para a elaboração do documento demandado pela CNODS, que será concluído em junho de 2019.

R.2.1.2. Sistematizar boas práticas e iniciativas que colaborem para o alcance das metas de implementação da Agenda 2030

De responsabilidade do GT 2, este produto se subdivide em: 1. Prêmios, plataformas ou observatórios; 2. Municípios; 3. Instituições não governamentais e setor produtivo; 4. Instituições governamentais no nível federal; 5. Instituições de ensino, pesquisa e extensão.

Para a sua elaboração foram formados cinco subgrupos de trabalho. A coleta de dados foi realizada por: ABM, ANDIFES (por meio da UFU), Instituto Espinhaço, MCTIC, MMA, Rede Brasil do Pacto Global, Rede ODS Brasil (por meio de: CENSIPAM, Rede ODS EMBRAPA, SUDAM, UFPA), SEGOV. O CONIF (por meio do IFRO) ficou responsável pela compilação dos dados coletados²¹.

R.2.1.3. Identificar mecanismos institucionais, metodologias e arranjos financeiros que incentivem parcerias multissetoriais para a implementação da Agenda 2030

²⁰ Sem resposta até o momento.

²¹ Conforme acordado na 3ª Oficina de Trabalho da CTPMI, realizada dia 12/12/2018: os GT deveriam encaminhar seus resultados preliminares até o dia 18 para a Secretaria Executiva da CTPMI. Esta deveria compilar, formatar e revisar o documento, e enviar para Secretaria Executiva da CNODS dia 21. Como o CONIF não enviou os resultados preliminares do GT 2 até o fechamento deste Relatório, na tarde do dia 21, as informações do GT 2

O GT 3 está responsável pelos produtos relacionados ao Financiamento da Agenda 2030. Na primeira Oficina de Trabalho, realizada em setembro, ele contou com nove participantes para a elaboração de seu planejamento. O IPEA foi indicado como ponto focal do GT, mas declinou justificando que por ser órgão assessor permanente, não poderia ser ponto focal.

O GT Agenda 2030 (por meio da Gestos) então sintetizou e sistematizou o resultado desta Oficina e submeteu ao grupo uma proposta de trabalho para a segunda Oficina, realizada em novembro. Nesta Oficina, o GT 3 contou apenas com a participação de CGU e GT Agenda 2030 (por meio da Gestos).

O plano de trabalho foi construído pelo GT Agenda 2030 (por meio da Gestos, que também coordenou o trabalho final de composição do texto do Plano). Com a colaboração da CGU na coleta de informação referentes a mecanismos legais; do BNDES e MF nos assuntos econômico-financeiros voltados à sustentabilidade.

Os resultados preliminares deste produto encontram-se disponíveis no item 5.2. deste Relatório.

R.2.1.4. Mapear e analisar as ações para correlação do orçamento público em níveis federal, estadual e municipal para implementação da Agenda 2030

Os resultados preliminares deste produto encontram-se disponíveis no item 5.3. deste Relatório.

✚ RESULTADO 2.2. PRODUÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE A AGENDA 2030

R.2.2.1. Identificar e propor mecanismos que contribuam para o desenvolvimento de pesquisa e tecnologia buscando o atingimento da Agenda 2030

De responsabilidade do GT 2, este produto se subdivide em: 1. Levantamento das diretrizes e diagnósticos para a pesquisa, desenvolvimento e inovação no Brasil; 2. Propor mecanismos sistêmicos e nos diversos âmbitos do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Tendo em vista que a CTPMI pode utilizar dados já produzidos para subsidiar a elaboração dos produtos previstos em seu Plano de Ação, o MCTIC elaborou minuta com (i) levantamento de diretrizes e diagnósticos para a pesquisa, desenvolvimento e inovação no Brasil que são alinhados com os esforços de atingimento da Agenda 2030 e (ii) anexo de

preliminar de mecanismos nos diversos âmbitos do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação que podem ilustrar os meios de implementação da Agenda 2030 nos respectivos contextos. Disponíveis no item 5.4. deste Relatório.

R.2.2.2. Criar um programa de formação de formadores para desenvolvimento de capacidades e fortalecimento de políticas públicas

De responsabilidade do GT 1, este produto se subdivide em: 1. Poder Público; 2. Conselhos de Políticas Públicas; 3. Docentes e Pesquisadores; 4. Setor Privado.

O subproduto 1 - Poder Público, é composto de 4 eixos: Executivo, Legislativo, Judiciário e Órgãos de Controle. A ENAP e a Rede ODS Brasil (por meio da Prefeitura de Barcarena) elaboraram proposta para o eixo Poder Executivo. O subproduto 2 - Conselhos de Políticas Públicas será iniciado em 2019²². O subproduto 3 - Docentes e Pesquisadores, recebeu propostas elaboradas pela Rede ODS Brasil (por meio da UFCG e da Rede ODS Embrapa). E o subproduto 4 - Setor Privado, recebeu proposta elaborada pela Rede Brasil do Pacto Global.

As propostas encontram-se disponíveis no item 5.5. deste Relatório.

✚ RESULTADO 2.3. LOCALIZAÇÃO DA AGENDA 2030

R.2.3.1. Propor o aprimoramento de meios de implementação para políticas públicas setoriais e intersetoriais, bem como potenciais canais de parcerias multissetoriais que contribuam para a efetiva implementação da Agenda 2030

De responsabilidade do GT 1, este produto começou a ser elaborado pela Rede ODS Brasil (por meio da Prefeitura de Barcarena) em novembro de 2018. No mesmo período, a Secretaria Executiva da CTPMI convidou os discentes do curso de Especialização em Desenvolvimento Local e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável²³ a contribuir com sua elaboração. O produto final deve ser concluído até maio de 2019.

R.2.3.2. Propor estratégias de localização da Agenda 2030 para os governos subnacionais, com foco em arranjos institucionais e parcerias

²² O Instituto Espinhaço se comprometeu, em setembro, com a elaboração de proposta. Mas ainda não iniciou o trabalho.

²³ O curso, realizado pela ENAP, será concluído em abril de 2019. A turma é composta por 100 discentes, de municípios de todos os portes, das 5 regiões do país. Configurando-se como um rico espaço para coleta de

De responsabilidade do GT 1, este produto começou a ser elaborado pela Rede ODS Brasil (por meio da Prefeitura de Barcarena) em novembro de 2018. No mesmo período, a Secretaria Executiva da CTPMI convidou os discentes do curso de Especialização em Desenvolvimento Local e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável a contribuir com sua elaboração. O produto final deve ser concluído até maio de 2019.

R.2.3.3. Propor estratégias de financiamento e alocação de recursos que fomentem a implementação da Agenda 2030

Os resultados preliminares deste produto encontram-se disponíveis no item 5.6. deste Relatório.

4. PLANEJAMENTO 2019

A CTPMI dará continuidade ao Ciclo de Painéis alinhados aos eixos estruturantes dos meios de implementação da Agenda 2030. O segundo painel, primeiro de 2019, está previsto para março e abordará o eixo “Ciência, Tecnologia e Inovação”, e será realizado em parceria com a ABC, na sua sede no Rio de Janeiro. Os demais painéis serão realizados até maio de 2019, com relatoria final entregue até junho de 2019.

A 4ª Oficina de Trabalho da CTPMI está prevista para a segunda quinzena de fevereiro de 2019.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar do pouco tempo de atuação (4 meses) a CTPMI realizou atividades significativas em 2018, relativas à elaboração dos produtos especificados no seu Termo de Referência, a serem concluídos até junho 2019.

Como toda pioneira, encontrou dificuldades e desafios iniciais em seu processo de implementação. Mas também serviu de inspiração para as CT que foram criadas posteriormente. As soluções para suas dificuldades e os seus acertos inspiraram o Regimento Interno Único das Câmaras Temáticas da CNODS, publicado por meio da Resolução N° 03-CNODS, de 06 de dezembro de 2018.

A Secretaria Executiva da CTPMI agradece as significativas contribuições de seus membros na elaboração dos produtos apresentados neste Relatório: ABM, ANDIFES (por meio de UFU), BNDES, CGU, CONIF (por meio de IFRO), ENAP, GT Agenda 2030 (por meio de Gestos), Instituto Espinhaço, MCTIC, MMA, Rede Brasil do Pacto Global, Rede ODS Brasil (por

meio de: CENSIPAM, Prefeitura de Barcarena, Rede ODS Embrapa, SUDAM, UFCG, UFPA),
SEGOV.

APÊNDICE

RESULTADOS PRELIMINARES DOS PRODUTOS DEMANDADOS PELA CNODS

5.1. Lacunas, oportunidades e desafios referentes à ampliação, aprimoramento e fomento aos meios de implementação da Agenda 2030.

A Rede ODS Brasil (por meio da UFCG) realizou uma oficina envolvendo pesquisadores vinculados ao CNPq e cem discentes²⁴ das disciplinas²⁵ *Ciências do Ambiente e Princípios e Estratégias da Educação Ambiental* ministradas nos cursos Engenharia Ambiental, Engenharia Civil e Engenharia de Alimentos na UFCG – Campus Pombal. Tendo como referência o quadro abaixo, pautado no eixo diagnóstico situacional.

	AMPLIAÇÃO	APRIMORAMENTO	FOMENTO
LACUNAS	Para ampliação do conhecimento e a obtenção de resultados vinculados às metas estabelecidas ou aperfeiçoadas.	A CNODS pode vir a ser autorizada pelo Governo Federal a instrumentalizar os órgãos governamentais e cobrar os resultados mediante prazos estabelecidos para efetivar os ODS, por meio de uma CT.	Buscar às capacidades e profissionais já envolvidos e, outros que desejem e possam contribuir.
	Seminários temáticos (intra) órgãos.	Realizar em todas as esferas (Executivo, Legislativo, Judiciário) em todas as escalas (Municipal, Estadual, Federal).	Possibilitar o planejamento e execução de atividades internas e externas alinhadas com a Agenda 2030.
	Conferências (municipais, estaduais e federais).	Intercâmbio e trocas de experiências e exaltação de casos exitosos.	Fomentar a elaboração e execução de planos, projetos, programas e políticas públicas multissetoriais e multinível.
	Efetivação da Política Nacional de Educação Ambiental (Lei N° 9.795, de 27/04/1999).	Construir os valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.	Incentivar e cobrar a efetivação nos níveis da educação formal, informal e não-formal que estabelece a responsabilidade da Sociedade, do Poder Público, das Empresas Privadas e de todos os órgãos integrantes do Sistema Educacional e Nacional do Meio Ambiente.
	Sistema de comunicação integrado	As informações e as formas de comunicação necessitam ser unificados e acessíveis com linguagem acessível e de fácil compreensão.	Ampliar os espaços de diálogos garantindo a participação de diferentes segmentos da sociedade, da academia, do setor privado e do poder público.

²⁴ Oriundos de diversas regiões do país.

²⁵ Que aprofundam o conhecimento sobre as conferências e os acordos mundiais, tais quais: o Acordo de Adis Ababa e Acordo de Rio de Janeiro, Acordo de 2000.

	AMPLIAÇÃO	APRIMORAMENTO	FOMENTO
OPORTUNIDADES	Facilitar o planejamento e execução de ações, projetos, programas e políticas públicas.	Monitorar os resultados alcançados e a coerência com o favorecimento das Metas Estabelecidas ou Adaptadas às realidades brasileiras.	Construir Mapas de Oportunidades balizando metas atingidas ou não, detalhar elementos facilitadores ou obstáculos e, estabelecendo metodologias para avançar; Buscar experiências nacionais e internacionais para disseminar metodologias e resultados.
	Alinhar a Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) ao Desenvolvimento Sustentável.	Protagonizar o processo de geração e difusão de Ciência, Tecnologia e Inovação e sua aplicação em setores produtivos e na sociedade; Valorizar ações, produtos e métodos de gerenciamento de áreas prioritárias, o zoneamento ambiental e, a fiscalização aos danos ambientais.	Formar recursos humanos para o desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação a partir dos princípios da sustentabilidade ambiental, social, econômica e política-institucional; Definir os focos estratégicos a partir da integração entre a segurança alimentar, segurança energética e segurança hídrica.
	Novos modelos de negócios, trabalho e renda como elementos propulsores do progresso.	Estimular o setor produtivo na adoção de práticas inovadoras.	Gerar oportunidades de trabalho pautadas nas novas capacidades sustentáveis de gerar renda e economia no cenário de escassez/limitação dos recursos naturais.
	Aprofundar o conhecimento e a educação inclusiva para impulsionar o crescimento econômico sustentável.	Avanço tecnológico, com mudanças no padrão de consumo e o pleno exercício da cidadania.	Realização de oficinas e formação que propicie qualificação profissional e oportunidades para dirimir todos os tipos de diferenças (inclusive regional).
	Promover políticas públicas para incentivar a Agricultura Sustentável.	Propiciar a melhoria dos sistemas e métodos de produção, de distribuição e de comercialização.	Gerar novos produtos e valorizar a produção local melhorando os circuitos de comercialização evitando o êxodo rural e a subutilização dos territórios rurais e da cidadania que correspondem às áreas interioranas do país.

	AMPLIAÇÃO	APRIMORAMENTO	FOMENTO
DESAFIOS	Sensibilizar tomadores de decisão para o envolvimento institucional.	Montar uma equipe que contribua com metodologias inovadoras e inclusivas.	Definir calendário institucional para adaptação e disponibilização de informação.
	Dados de referências.	Apoio efetivo para que os órgãos de pesquisas oficiais cumpram os prazos e apresentem resultados.	Divulgação do Censo brasileiro; Construção de uma plataforma alimentada por instituições que recebem incentivos públicos para publicação de informação e acessível para que os especialistas possam fazer uma avaliação real sobre as metas e os ODS desagregado intra-municipal até a escala nacional.
	Inserir o desenvolvimento sustentável como um modelo transparente, responsável, gerador de progresso, renda, trabalho, proteção à natureza e qualidade de vida.	Construir um Projeto de Estado que compreenda a urgência e a necessidade da Adoção da Agenda 2030.	Criar mecanismos para mediar os conflitos gerados pelo imediatismo da sociedade e a resistência às novas práticas produtivas e mentalidade que gera nitidez frente as limitações dos recursos naturais e construção de uma sociedade pacífica, solidária e inclusiva.
	Iniciar e ampliar uma visão ecológica valorizando o capital natural e o capital humano.	Estabelecer boas práticas desde a alimentação até a produção de energia adotando modelos que possibilitem a geração de emprego e renda com justiça socioambiental; Os seres humanos precisam compreender que proteger a natureza é aumentar a condição de vida no Planeta.	Reconhecer que o Ensino, a Pesquisa e a Extensão podem ser ferramentas para o desenvolvimento sustentável; Ampliar o fomento da pesquisa e da extensão; Colocar em prática a interdisciplinaridade; Incentivar programas de atualização para profissionais da educação, empresários e da gestão pública.
	Sistema de ações coletivas visando à valorização e consumo de produtos endógenos biológicos.	Reconhecer e distinguir as especificidades da Agricultura Familiar nas suas dimensões culturais, econômicas, sociais, ambientais e territoriais; por isso necessita de políticas públicas que potencializem o valor estratégico e por seu mérito necessitam ser priorizadas mediante as políticas agrícolas.	Qualificar as Pequenas e Médias Empresas e Agroindústrias dos setores agroalimentar, restauração, alojamento, turismo e a indústria para a inovação, diferenciação e a sensibilização como fatores críticos de competitividade, não só para as empresas, mas também para o território

5.2. Mecanismos institucionais, metodologias e arranjos financeiros que incentivem parcerias multissetoriais para a implementação da Agenda 2030.

Agenda 2030: um novo olhar para o desenvolvimento

A Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, composta do Acordo do Clima de Paris, a resolução Transformando nosso Mundo com os 17 objetivos de desenvolvimento sustentável, e a Agenda de Ação de Adis Abeba de financiamento para o desenvolvimento, requer esforço concentrado para ajustar a transição para o desenvolvimento sustentável que reduza as desigualdades econômicas e sociais, erradique a fome e proteja o meio ambiente, ao mesmo tempo que continue incorrendo em crescimento econômico e evolução do bem-estar. O objetivo desse conjunto de declarações multilaterais apoiada pela grande maioria dos países que acreditam em desenvolvimento pacífico, progresso humanizado e regressão nos efeitos destruidores ao meio ambiente causados pela normalização cotidiana do que seja o funcionamento da engrenagem econômica e social vigente, exige mudança no paradigma dos negócios públicos e privados, assim como nas estruturas de governança dos recursos disponíveis para investimento em áreas que tenham efeitos multiplicadores para a economia circular através do melhor uso da ciência, da tecnologia e da inovação.

Um grande desafio para os meios de implementação da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável se encontra em parcerias que impulsionem a mudança nos projetos de desenvolvimento existentes que sejam antagônicos aos princípios fundamentais da sustentabilidade integrada e da economia circular. Isto requer a busca por modelos e *arquiteturas* que ofereçam produtividade na busca de soluções alternativas que façam a transição, desenvolvendo modelos que busquem reduzir as externalidades negativas de indústrias e outras atividades econômicas já estabelecidas, ou que sejam voltadas a mudar a matriz de produção e do uso de energia ao longo da cadeia produtiva.

O valor mais precioso para a implementação da Agenda 2030 no Brasil é a criatividade. E criatividade requer capital humano acumulado e organização (metodologia) para que se criem condições de possibilidade para interações e colaborações que resultem em parcerias concretas que gerem não somente novos procedimentos, mas até novos mercados que se ancorem em especializações com alto valor agregado em diversos setores da economia.

Este plano de ação busca analisar as tendências efetivas e a atual situação dos mecanismos legais e institucionais do país para fazer a transição para economia circular e sustentável, identificando desafios e oportunidades para mudanças necessárias que

encaminhe os agentes econômicos na direção da integralidade com o social e o ambiental, pré-requisito para a implementação da Agenda 2030 no Brasil.

O resultado dos esforços depende do compromisso em mudar a matriz de financiamento para mudar na direção do desenvolvimento sustentável.

Financiamento para o desenvolvimento sustentável

• Arranjos institucionais no Brasil

Há um arcabouço institucional já implementado e legalmente constituído para fomentar o desenvolvimento econômico no país, tanto no nível nacional quanto sub-nacional, através de bancos e agências de financiamento público ao empreendedorismo. A síntese dessa estrutura é dada pela Associação Brasileira de Desenvolvimento, fundada em 1969, que reúne a rede de afunilamento de capital público e público-privado em iniciativas de agentes empreendedores no país.

As agências e os bancos de desenvolvimento associados ainda não se alinham completamente com os princípios do tripé para o desenvolvimento sustentável (social, ambiental e econômico), apesar de todas instituições terem inovação e tecnologia como parte de suas carteiras de financiamento. Mas, a partir de 2018 iniciou-se um movimento consistente de adequação para os futuros planos estratégicos das instituições.

Uma das principais iniciativas do Governo Federal voltada ao planejamento de longo prazo, e alinhamento das ações de curto e médio prazo com a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, foi a elaboração da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (ENDES), para o período 2020 a 2031.

A ENDES objetiva ser a base estratégica de governança do sistema de planejamento federal, estabelecendo diretrizes, orientações, metas e indicadores setoriais. O detalhamento das políticas públicas deverá estar espelhado nos respectivos planos nacionais, setoriais e regionais e no PPA (Plano Plurianual). A ENDES dialoga diretamente com os ODS, sendo estes uma das seções específicas da Estratégia (Capítulo 4.2).

➤ Recomendação

- A ABDE e suas associadas devem incorporar as metas da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável como critério de análise para financiamentos futuros; e fazer uma comparação da atual carteira de financiamento com as metas da Agenda, monitorando níveis de compatibilidade e de incompatibilidade ao que está proposto nos documentos.

- As associadas da ABDE podem se orientar pelos princípios do financiamento para o desenvolvimento traçados pela Agenda de Ação de Adis Abeba²⁶, alinhada abaixo em relação aos Bancos de Investimento.
- Executar a ENDES e disseminar a Estratégia por todo o país, particularmente entre os governos subnacionais.

- **Alinhamento dos Bancos de Desenvolvimento com Agenda de Ação de Adis Abeba**

De acordo com a Agenda de Ação de Adis Abeba (A⁴) ou FfD, III Conferência de Financiamento para o Desenvolvimento, declaração multilateral de arquitetura para os meios de implementação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (parágrafos 13, 14, 39, 43, 44, 49, 70, 72 e 75), o papel de Bancos de Desenvolvimento é Central para reequilibrar os canais de financiamento para mudança de paradigma em desenvolvimento econômico. Apesar do foco da Agenda de Adis estar em Bancos de Desenvolvimento Multilaterais e Nacionais, é interessante observar que os princípios podem ser aplicados a qualquer iniciativa voltada ao financiamento do desenvolvimento sustentável.

Portanto, no parágrafo **13** de Adis, o texto exaustivamente negociado chama atenção para o desenvolvimento da agricultura familiar sustentável e não poluidora como condição importante para erradicar a fome e suprir a população com alimentos naturais de boa qualidade. As evidências da qualidade de vida das comunidades que cresceram sua agroecologia é marcante, envolvendo valor agregado para os três pilares da Agenda. Os BD podem amplificar essa transformação através de ações coordenadas. Por exemplo, a Região Sul tem um desafio especial em uma cadeia de valor da insustentabilidade imanente a um produto em particular, um produto com externalidades negativas de largo alcance, o tabaco, diretamente relacionado a duas metas do Objetivo 3, Saúde e Bem Estar (**3.a, 3.d**), sendo a primeira diretamente indicando o dever de acelerar a implementação da Convenção Quadro para o Combate ao Tabagismo (CQCT²⁷) da Organização Mundial de Saúde (OMS) – a Agenda de Adis, em seus parágrafos **32** e **77** também recomendam o uso de medidas tributárias para reduzir a demanda por fumo, proposto na CQCT, e como mecanismo inovador de financiamento para o desenvolvimento sustentável. A segunda meta está voltada à prevenção, antes que se torne epidemia. Neste caso, há problemas identificados no Relatório Luz do GT da sociedade civil para a Agenda 2030²⁸ como o recrudescimento da epidemia de HIV e aumento constante da obesidade e diabetes, duas DCNT (doenças crônicas não transmissíveis) impulsionadas particularmente por uma cadeia de valor econômico, ambiental e social que precisa encontrar alternativa para poder exercitar uma transição para a

²⁶ ONU. **Agenda de Ação de Adis Abeba**. III Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento. Adis Abeba, julho 2015.

²⁷ OMS. **Convenção Quadro para Combate ao Tabagismo**. Genebra, 2005.

²⁸ GTSC AGENDA 2030. **Relatório Luz da Agenda 2030 do Desenvolvimento Sustentável no Brasil. Síntese**

sustentabilidade integral a fim de ser prevenida. Isto envolve desde medidas tributárias à regulação responsável da comunicação.

O **14** sugere melhor integração entre os bancos de desenvolvimento em nível internacional. No caso de nacionalizarmos a recomendação, pode-se aproveitar a integração existente através da Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE) para impulsionar o alinhamento com os ODS e suas metas relacionadas aos meios de implementação da Agenda 2030.

Sempre lembrando que o Acordo do Clima é parte integral do objetivo da mudança para desenvolvimento sustentável.

O parágrafo **39** apoia iniciativas que sejam focadas em mulheres e outras populações vulneráveis que normalmente não têm acesso a meios de financiamento. É preciso criar instrumentos de financiamento como micro-crédito, acompanhado de desenvolvimento educacional aos requerentes, com alfabetização econômico-financeira e monitoramento de projetos. O **43** corrobora o conteúdo do anterior e introduz a ideia de “criação de novos veículos de investimento, como fundos de capital especulativo voltados aos empreendimentos de desenvolvimento, potencialmente como parceiros públicos, finanças integradas, instrumentos de mitigação de riscos, e formas inovadoras de financiamento de dívidas, com administração de risco adequada e aparato legal de regulação implementado”. O **44** reconhece a importância do desenvolvimento atrelado à própria moeda do país, não se expondo ao risco cambial no processo de endividamento e emissão de títulos públicos e privados. O **49 (ODS 7.a e 7.b)** realça a função de Bancos de Desenvolvimento como agentes de equidade financeira para a expansão de empreendimentos e multiplicação de atividades prioritariamente voltadas à energia renovável e sustentável.

A Agenda de Adis estimula a inovação financeira e reconhece a importância de ações diferenciadas e afirmativas para reduzir assimetria no uso dos canais de financiamento, abrindo possibilidades de diversificação. O parágrafo **70** mostra a importância de Bancos de Desenvolvimento como mecanismos ideais para investimentos contra-cíclicos, explicitamente chamando-os à responsabilidade de serem os motores do financiamento da transição para o desenvolvimento sustentável, assim como encoraja “as instituições a estabelecerem um processo que examine seus próprios papéis, tamanho e funcionalidade para habilitá-los a se adaptar e ser totalmente responsável pela agenda do desenvolvimento sustentável.”

Os parágrafos **72 e 75** focam em desafios como, em países de renda-média, o papel de Bancos de Desenvolvimento em aliviar os gargalos do financiamento para o desenvolvimento, incluindo problemas relacionados a endividamento estrangeiro. A Agenda de Ação apoia esforços de BD em criar mecanismos de proteção financeira para situações assim, e particularmente para garantir padrões de segurança internacional na proteção do meio

ambiente, dos sistemas de proteção social, “incluindo direitos humanos, equidade de gênero e empoderamento da mulher.”

Ou seja, mesmo sendo uma agenda eminentemente voltada a mecanismos de financiamento para o desenvolvimento, fica explícito que a sustentabilidade está associada a mudanças de paradigmas, começando por chamar atenção à necessidade em corrigir as assimetrias de gênero associadas ao modo de operação institucional. A Agenda de Adis demanda que o reconhecimento da diferença e a mudança são condições necessárias para a integração de seus objetivos com o do desenvolvimento sustentável, possível solução para os problemas sociais e ambientais do planeta no presente.

Do ponto de vista estritamente econômico, os problemas acumulados que a Agenda 2030 tenta solucionar, pode ser considerado resultado de “falhas dos mercados”, como diria um banqueiro de investimento²⁹. A alocação dos recursos está assimetricamente dedicada a resolver essas falhas de mercado, o que acaba comprometendo, também assimetricamente³⁰, os recursos dedicados a resolver os problemas, ficando preso em uma espiral descendente de investimento condicionado à sustentabilidade social e ambiental, enquanto alimenta uma espiral ascendente de endividamento financeiro que não necessariamente gera retornos sobre o investimento capaz de reverter o motor da economia linear, ao contrário, tende a impulsioná-la com o atrelamento do crescimento ao uso subsidiado de energia, um dos paradigmas que a Agenda 2030 propõe a mudar através do Acordo de Paris sobre o Clima.

Encontrar equilíbrio entre o excesso de liquidez financeira e a alocação apropriada de recursos públicos e privados para o desenvolvimento sustentável é um dos maiores desafios para o financiamento da Agenda 2030 em qualquer um dos países signatários, não só para o Brasil. No entanto, o País apresenta condições de possibilidades e oportunidades promissoras caso consiga se apropriar de processos e metodologias que priorizem a integralidade do desenvolvimento sustentável e da economia circular, com fomento à inovação científica, tecnológica e criativa que possa gerar maior valor agregado à economia nacional, tanto interna quanto externamente.

➤ **Recomendação**

- Alinhamento das decisões de investimento com as metas de meios de implementação da Agenda 2030, de acordo com direção apontada pelos parágrafos da Agenda de Adis Abeba, que são especificamente sobre o processo e arranjos necessários para o financiamento para

²⁹ Steve Waygood, Chefe de Investimento Responsável do banco inglês AVIVA Investors, que tem 5 trilhões de Libras em alocação de capital, em sessão no HLPF (Fórum Político de Alto Nível, 2018, ONU-Ecosoc). Ideia lançada em WAYGOOD, Steve. **Sustainable Finance: Private sector contribution to financing the Sustainable Development Goals**. Discussion paper. London and New York: May 2017. Esta ideia foi apresentada no II Fórum de Financiamento para o Desenvolvimento.

³⁰ Para maiores informações em como assimetria de investimento afeta o desenvolvimento integrado e resultados de políticas macroeconômicas, busque a obra dos economistas laureados com o Nobel em economia, Thomas Sargent (2011) e Joseph Stiglitz (2001).

o desenvolvimento sustentável. O atual plano trienal da ABDE 2016–2019 não inclui sustentabilidade como um princípio ou pilar para além do financeiro. E a Agenda 2030 nem sequer foi citada, na época, como influência para sua concretização. É necessário empenho na área de comunicação para disseminar as mudanças de paradigmas de empreendimentos. Equipes dos bancos precisam passar por desenvolvimento de capacidade para disseminar princípios da Agenda 2030 de sustentabilidade. Adequar a linguagem, exercitar a comunicação, focar nas diferenças, trabalhar em modelos inovadores para formas ultrapassadas de execução econômica, alinhar-se ao ENDES etc.

- **Os canais institucionais de financiamento para o desenvolvimento**

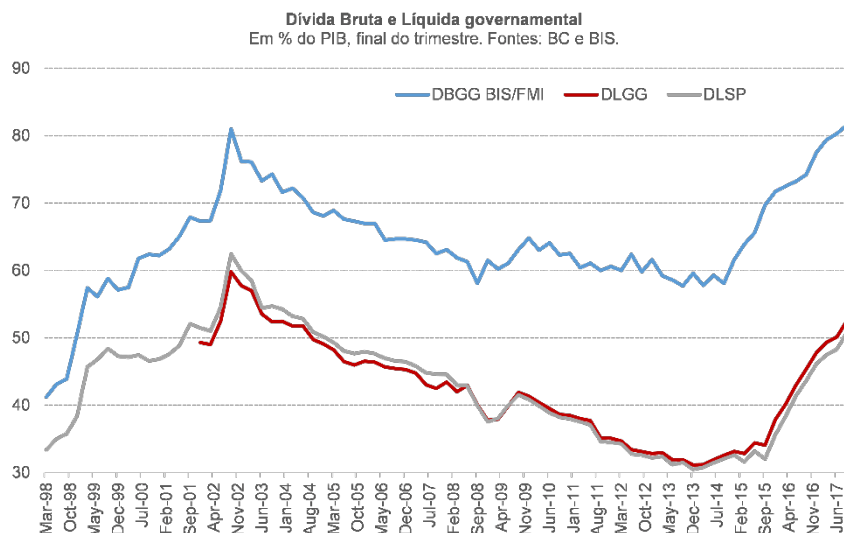
Em novembro de 2018, a Secretaria de Planejamento e Assuntos Econômicos do Ministério do Planejamento, junto com o BNDES, o IPEA e o IBGE, publicaram a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (ENDES). Esta Estratégia reconhece a interligação múltipla dos elementos necessários para o país mudar a direção de seu desenvolvimento para o caminho da sustentabilidade ambiental, social e econômica interligadas.

A importância dessa transição não poderia ser mais enfatizada no documento:

O planejamento atual, diferentemente daquele das décadas de 1940-1970, cujo foco era prioritariamente o desenvolvimento econômico e de infraestrutura, deve incorporar todas as dimensões do desenvolvimento sustentável, incluindo de forma integrada as questões sociais, para que o crescimento do país se converta em benefícios para todos os brasileiros, notadamente aqueles em situação de maior vulnerabilidade, e ambientais, protegendo e promovendo o uso sustentável dos recursos naturais e da biodiversidade e medidas para combater a mudança do clima.

Porém, por ser um documento de governo, deixa a desejar em alguns pontos críticos, como a opção de onde são feitas as alocações e cortes de investimento público em determinados setores da economia. A EC 95/2016, tão propagada como instrumento de contenção fiscal não passou de uma decisão sobre seletividade de quem pagaria a conta atrasada dos benefícios tributários concedidos à indústria nacional por prolongadas seis anos. Os investimentos sociais em educação, saúde e pesquisa foram os sacrificados³¹, e mesmo assim não houve recuperação fiscal, ao contrário, a austeridade seletiva aumentou a dívida pública e sucateou os sistemas públicos de serviços prioritários para a construção de uma nação soberana e independente.

³¹ GTSC AGENDA 2030. **Relatório Luz da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável. Síntese II.** Recife e 2016. Brasília, 2016.



Perceba que a dívida pública não diminuiu a partir da EC 95/2016, ao contrário, devido a instabilidades nas contas de diversos estados, entre eles o Rio Grande do Sul e o Rio de Janeiro, a relação dívida bruta/PIB só cresceu desde então, atingindo 77% do PIB ao final de 2017, continuando a crescer em 2018. Segundo o FMI já estaria no patamar de 83,75% do PIB nacional.

A ENDES aponta que a adoção da Agenda 2030 como parâmetro para decisões de investimento e fortalecimento de estruturas de governança, com alto nível de transparência e controle de contas (accountability), é justamente o cenário que pode alavancar o país para uma situação mais perene de redução da relação entre dívida pública acumulada e PIB anual. A Estratégia reconhece que o roteiro apontado pelos objetivos e metas da Agenda 2030 deve ser seguido com responsabilidade, pois contém os elementos necessários para integrar os diversos setores sob um princípio condicionante de desenvolvimento.

o **ABDE e os agentes de desenvolvimento (bancos e agências estaduais)**

A Associação Brasileira para o Desenvolvimento reúne 16 agências de fomento estaduais, 10 bancos, sendo 5 especificamente de desenvolvimento (BNDES, BNB, BRDE, BANDES e BDMG), três (3) cooperativas de crédito, mais o SEBRAE e o FINEP.

As agências de fomento são intermediações para o desenvolvimento local, a partir da capacidade de monitoramento dos órgãos dos estados que usam essa estrutura institucional para impulsionar o investimento. Normalmente são empresas de capital misto sob administração das Secretarias de Fazenda dos estados.

Enquanto o Banco do Brasil e a Caixa são os maiores bancos comerciais públicos, responsáveis também pelo financiamento da produção agrícola e do mercado imobiliário respectivamente, ainda sobreviveram à privatização os bancos públicos do Amazonas, Pará, Distrito Federal e Rio Grande do Sul, importantes agentes econômicos em seus territórios.

○ **O BNDES e os Bancos Regionais**

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, fundado em 1952 sob a visão de que o Estado, nos países em desenvolvimento, ainda por muito tempo seriam responsáveis pelo investimento necessário em infraestrutura, consolidou-se como fonte de expansão do financiamento econômico e consolidação do mercado financeiro no Brasil através de sua subsidiária BANDESPAR. O foco do BNDES é o financiamento a longo prazo e em alto volume, mas também dispõe de programas especiais de crédito para pequenas e médias empresas.

Outros quatro bancos regionais de desenvolvimento são responsáveis por impulsionar o financiamento do desenvolvimento. O BRDE na Região Sul, o BNB no Nordeste, os Bancos de Desenvolvimento de Minas Gerais e do Espírito Santo.

Importante salientar que os bancos regionais de desenvolvimento são agentes financeiros que intermediam repasse de recursos mobilizados, através de processos individuais ou em parceria com outros órgãos (BRDE e Ancine, p. ex.)

Um importante associado da ABDE é o SEBRAE, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas é uma entidade privada brasileira de serviço social, sem fins lucrativos, criada em 1972, que objetiva a capacitação e a promoção do desenvolvimento econômico e competitividade de micro e pequenas empresas, estimulando o empreendedorismo no país. Este é o braço do desenvolvimento de capacidade e organização profissional para fomentar e expandir empreendimentos privados.

○ **As condicionalidades para investimento (BANDESPAR)**

▪ **Barreiras no mercado financeiro**

O capital privado nacional é avesso a risco. Ciência, tecnologia e inovação envolvem alto risco e, muitas vezes, precisam de tempo para tornarem-se maduras. O Brasil é um grande conjunto de mercados de concorrência imperfeita, oligopólios, inclusive no mercado financeiro e como parte da arquitetura financeira. Tal nível de concentração dificulta o acesso a capital com condições de maturação, deixando a demanda por financiamento de setores que buscam inovar ou expandir atrelados a prazos e juros de prazo incompatível com prazos realistas de maturação, colocando pressão extra para a diversificação dos setores da economia.

BANDESPAR é o braço financeiro do BNDES, com capital aberto na BMF&Bovespa mas 100% dele em posse do Banco. A instituição busca apoiar fundos de investimento em participações com o objetivo de: (i) fomentar a indústria de capital de risco; (ii) apoiar empresas e projetos que possam resultar em desenvolvimento para o país; (iii) induzir melhores práticas de gestão e governança corporativa; e (iv) atuar em parceria com outros investidores. Há três linhas principais de investimento como capital-semente ou capital de expansão: Fundos de Investimento em Participações de Empresas Emergentes, Fundos de Investimento em Private

Equity (equiparação para alavancagem financeira), e Fundos de Investimento para projetos com utilização de fundos de benefícios fiscais, particularmente o FUNCINE (produção de cinema).

Além disso, o BNDESPAR investe no próprio mercado de capitais, em empresas de capital aberto, com foco em desenvolvimento empresarial e do próprio sistema financeiro nacional.

No material de comunicação pública, apesar de desenvolvimento sustentável ser citado de maneira esparsa, como um objeto a ser incorporado, as ações diretas ainda não são guiadas por todo o ciclo econômico das empresas que recebem o financiamento do mercado. Neste sentido, o mercado de capitais nacional, e também o internacional, ainda não está suficientemente equipado e alinhado para serem agentes de impulsionamento para o desenvolvimento sustentável, mesmo tendo imenso potencial para mobilizar recursos privados.

▪ **As relações de capitais privados e públicos**

O setor público corresponde a maior parcela do sistema financeiro nacional. O endividamento do Estado é responsável por um terço do orçamento da União só para pagamento de juros, o que corresponde a 18,3% do PIB do País.

A Febraban – Federação Brasileira de Bancos –, em seu plano de sustentabilidade, ainda pende para a “economia verde” como o paradigma narrativo e de identidade voltado ao investimento sustentável. Em seu levantamento sobre o financiamento de atividades que estariam alinhadas ou desalinhadas com a agenda de sustentabilidade, pode-se encontrar espaço para intensificar o financiamento de setores que tem potencial de alavancagem ou de impacto.

Para tal, um levantamento acurado de atividades em desenvolvimento embrionário que podem se tornar novos negócios sustentáveis deve ser disponível por um consórcio entre universidades, governo, iniciativa privada e sociedade civil organizada. Os elos que faltam para construir um processo de financiamento para o desenvolvimento sustentável pode ser supridos ao se praticar uma busca ativa para combinar empreendimentos, ideias e capital.

▪ **Equity para ampliar ou escalar processos econômicos**

O BNDESPAR dispõe de uma linha de financiamento especial para alavancar empreendimentos que já tenham maturidade financeira e operacional a crescerem no mercado. O objetivo dessa linha de financiamento é validar as iniciativas com a aprovação formal do ente que decide na prática sobre as ações de desenvolvimento em andamento no país, junto com os outros agentes de financiamento descritos acima.

A economia brasileira ainda é por demais concentrada. A responsabilidade maior para o desenvolvimento do país ainda está muito ancorada nos recursos do Estado como

grande agente de impulsionamento econômico e social. Ampliar este alcance através do uso de instrumentos inovadores de financiamento para atrair o capital privado, que, muito conservador, se acumula desenfreadamente no sistema financeiro sem se converter em fundos de participação ativa na economia concreta. Para tal, precisam de muitas garantias contra riscos, que esvaziam a própria característica principal da engrenagem do desenvolvimento que é a inventividade dos diversos agentes envolvidos, principalmente os agentes que tem capital acumulado historicamente.

No entanto, com uma carteira de apenas 330 empresas, a Bolsa de Mercadorias e Futuros do Brasil não corresponde ao tamanho do país. Principalmente porque entre essas empresas, várias são proprietárias de outras tão grande quanto, criando uma espiral descendente de concentração de capital privado, que não oferece diversificação suficiente para alavancar a inovação necessária para ampliar a capacidade de produção e reprodução de capital que o país precisa em seu caminho de mudança de paradigma nas formas e tipos de empreendimentos que correspondam às demandas da sustentabilidade.

o **Índice de Sustentabilidade da BMF&Bovespa**

Pioneiro no América Latina, o B³, ou Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) do mercado de capital seleciona empresas elegíveis para sua composição. O índice oferece sua 14ª carteira de investimento direcionado, composto de 35 empresas com ações negociadas.

Iniciado em 2005, foi originalmente financiado pela International Finance Corporation (IFC), braço financeiro do Banco Mundial, seu desenho metodológico é responsabilidade do Centro de Estudos em Sustentabilidade (GVCes) da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV-EAESP). A B3 é responsável pelo cálculo e pela gestão técnica do índice.

A 14ª carteira do ISE B3 foi anunciada em 29/11/2018 e vigorará de 07 de janeiro de 2019 a 03 de janeiro de 2020. A carteira reunirá 35 ações de 30 companhias, representando 13 setores e somando R\$ 1,73 trilhão em valor de mercado, equivalente a 48,66% do total do valor das companhias com ações negociadas na B3, com base no fechamento de 27/11/2018.

Fazem parte da carteira: AES Tiete, B2W, Banco do Brasil, Bradesco, Braskem, CCR, Cemig, Cielo, Copel, Duratex, Ecorodovias, EDP, Eletrobras, Eletropaulo, Engie, Fibria, Fleury, Itaú Unibanco, Itaúsa, Klabin, Light, Lojas Americanas, Lojas Renner, MRV, Natura, Santander, Telefônica, Tim, Vale, Weg.

O esforço é louvável e substancial, mas acaba não completando o ciclo de financiamento que seria aproveitar parte do ganho da carteira para formar um fundo de investimento em inovação e sustentabilidade voltado a pesquisa e desenvolvimento. Ou para captar recursos para bancos de desenvolvimento.

Além disso, determinadas empresas que fazem parte da carteira do ISE não podem ser necessariamente sustentáveis a partir do conceito empregado na Agenda 2030.

- **A economia linear dos empreendimentos tradicionais e a economia circular como princípio ativo da nova economia (progressividade fiscal e seletividade tributária)**

Em 2017, o Tesouro Nacional e o FAT/PIS-Pasep permanecem como as principais fontes de recursos do Sistema BNDES, respondendo por 48,0% e 32,0% do passivo total, respectivamente. Não houve novas captações de recursos do Tesouro e foram captados R\$ 16,326 bilhões do FAT. No mercado externo, foram captados R\$ 3,185 bilhões por meio da primeira emissão de *green bonds* do BNDES e R\$ 2,027 bilhões com instituições multilaterais.

- **Auditoria das contas públicas**

O Tribunal de Contas da União vem avaliando a preparação do governo brasileiro para a implementação da Agenda 2030. Destaco o Acórdão 709/2018 – Plenário, de 04/04/2018³².

5.3. Mapear e analisar as ações para correlação do orçamento público em níveis federal, estadual e municipal para implementação da Agenda 2030

Em 2017, a Secretaria Nacional de Articulação Social/PR coordenou um processo de compatibilização entre PPA 2016-2019 e os ODS, o que deve ser a melhor referência para identificar a disponibilidade de recursos orçamentários nas respectivas LOAs. Além dessa iniciativa, sugerimos consultar o MPDG/SEPLAN para verificar a existência de relatórios de acompanhamento dessas disponibilidades e sua execução anual.

Realização de trabalho para aproveitamento dos estudos e análises pré-existentes em níveis federal, estadual e municipal: O Ministério da Fazenda assinou acordo de cooperação com a Agência de Cooperação Alemã (*Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit – GIZ*) para a execução do projeto **Green Finance – Regulação do Mercado para Financiamento Verde e de Títulos Verdes**. O projeto tem duração prevista de três anos e meio, e as ações começarão a ser executadas no começo de 2019. O objetivo é criar as condições para que sejam atraídas mais verbas para setores verdes da economia e assim provocar redução da emissão de gases causadores do efeito estufa. Espera-se que, com a capacitação de formuladores de políticas, possam ser tomadas decisões que contribuam para

32
<https://contas.tcu.gov.br/pesquisaJurisprudencia/#/detalhamento/11/ods/%2520/DTRELEVANCIA%2520desc%2520C%2520NUMACORDAOINT%2520desc/false/10/false>

a adoção e disseminação do conceito do financiamento verde em escala maior. O projeto está estruturado em três eixos de trabalho: **i)** explorar, avaliar e elevar a relevância do mercado de financiamento verde na agenda do Brasil; **ii)** melhorar as condições para implementação dos regulamentos para a gestão de riscos sociais e ambientais; e **iii)** ampliar a oferta de serviços e instrumentos financeiros verdes no mercado nacional. **(ANEXO I - projeto Green Finance – Regulação do Mercado para Financiamento Verde e de Títulos Verdes).**

Brasil e Reino Unido mantêm relações próximas para tratar de temas econômicos. Em 2015, foi dado início ao Diálogo Econômico e Financeiro entre ambos os países, destinado a fortalecer a cooperação econômica e financeira. Ambos os países reconhecem que, para apoiar o crescimento global ambientalmente sustentável, é necessário ampliar o financiamento verde. O Reino Unido destaca-se nesse contexto como um parceiro importante, uma vez que o centro financeiro londrino reúne expertise em serviços de financiamento. No âmbito do Terceiro Diálogo Econômico e Financeiro, assinado em 2018, o tema de Finanças Verdes foi tratado como prioritário. Brasil e Reino Unido reconhecem o papel central do financiamento privado no fomento do investimento na adaptação e mitigação de mudanças climáticas. Os dois países concordam em explorar maneiras de aprimorar a cooperação na área de pesquisa em finanças verdes entre instituições acadêmicas de britânicas e brasileiras. Reconheceram, também, a oportunidade – apoiada pelo *Prosperity Fund* do governo britânico –, de fortalecer o mercado de finanças verdes brasileiro e de facilitar fluxos de capital que cumpram as necessidades de longo prazo do Brasil na área de infraestrutura sustentável. **(ANEXO II – Declaração Conjunta Brasil-Reino Unido; ANEXO III – Tabela Projetos Prosperity Fund).**

Originalmente constituído em 2011, por meio da Portaria Interministerial nº 68/2011, o Grupo de Trabalho de Mercado de Capitais e Poupança de Longo Prazo (GTMK) foi restabelecido em 2018 por meio da Portaria Interministerial nº 229/2018. O GTMK conta com a participação de várias instituições públicas e privadas para debater e propor medidas de aperfeiçoamento do mercado de capitais brasileiro, que foram divididas em três macro temas: i) financiamento à infraestrutura, ii) desenvolvimento do mercado de seguros e previdência, e iii) desenvolvimento do mercado de dívida. Participam do GTMK, além do Ministério da Fazenda (com suas diversas secretarias), o Banco Central do Brasil, a Comissão de Valores Mobiliários, a Superintendência de Seguros e Previdência, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, a Anbima, a B3, a CNSeg, entre outros. Em 2018 o GTMK discutiu 15 medidas que se encontram em fase adiantada de formatação das propostas. Destacamos o **Tema 11** - proposta de edição de Decreto que altera o Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, o qual regulamenta o art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, a fim de incentivar o financiamento de projetos de infraestrutura que contribuam para a transição para uma economia de baixo carbono e para a execução de investimentos com externalidades sociais positivas **(ANEXO IV – Proposta de Alteração do Decreto nº 8.874-2016).**

5.4. Mecanismos que contribuem para o desenvolvimento de pesquisa e tecnologia buscando o atingimento da Agenda 2030.

1. Contextualização

O relatório “Mecanismos de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Alcance da Agenda 2030” está sendo elaborado com base nas experiências de diversos segmentos de atuação neste campo, em especial os Institutos, Fundações, Universidades e congêneres. Sempre envolvendo mecanismos de planejamento, execução e difusão do desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação como meios de implementação da Agenda 2030.

Este documento é relatório parcial de elaboração do produto “Mecanismos de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Alcance da Agenda 2030” do Termo de referência do GT 2 – Boas Práticas e Mecanismos de Pesquisa e Desenvolvimento conforme previsto no Plano de Ação 2018-2019 da CTPMI.

2. Metodologia

Seguindo o princípio da razoabilidade de tempo, espaço e conjunto de informações, os exemplos foram limitados de forma o mais objetiva possível e com facilidade de apreensão pelo público em geral, porque o mais importante na entrega deste produto é sua aplicação prática e a replicação das experiências.

A orientação para pesquisas aplicadas, a geração de produtos, a solução de problemas regionais, a indução de desenvolvimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, as capacitações para pesquisa e a difusão científica deve ser descritas ou demonstradas com maior especificidade, sempre com foco na implementação da Agenda 2030, especialmente por meio de parcerias.

As experiências identificadas devem atender preferencialmente aos seguintes critérios:

- a) Possibilidade de replicação em várias regiões;
- b) Sustentabilidade das propostas;
- c) Existência ou previsão de algum tipo de parceria;
- d) Atendimento aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.
- e) Estratégias para a implementação das práticas em escalas regional e nacional.

3. Diretrizes e diagnósticos

Para a Academia Brasileira de Ciências - ABC (2018),

“O Brasil reúne condições ímpares para utilizar eficientemente ciência, tecnologia e inovação em um projeto de desenvolvimento ousado e transformador que contribua para reduzir as desigualdades, melhorando o nível de vida da população e colocando o país em um lugar de destaque no cenário internacional. A competência científica já instalada, a complexa infraestrutura de apoio à pesquisa consolidada ao longo dos últimos anos, sua dimensão territorial, sua população e a diversidade de seus ecossistemas permitem este caminho”.

Ela sugere ainda

“Criar projetos mobilizadores e encomendas de Estado com visibilidade nacional nas áreas de violência urbana, saúde, defesa, saneamento, energias limpas, biotecnologia, economia digital e grandes equipamentos para pesquisa. Exemplos bem-sucedidos desses projetos têm ocorrido nas áreas de energia, agricultura e alimentos”, “investir nas ciências sociais, associadas às demais ciências, na busca por soluções para a redução da violência e das desigualdades, em todas as suas manifestações, e pelo entendimento da dinâmica e dos potenciais de crise de uma sociedade que faz parte de um mundo em acelerada transformação rumo a uma economia digital.” e “adotar o conceito de pesquisa orientada à missão para parte dos recursos, visando alinhar o trabalho das instituições de P&D com a estratégia nacional de inovação e desenvolvimento.” (ABC,2018)

Para Mazzucato e Penna (2016b),

“Países ao redor do mundo estão buscando alcançar um crescimento econômico que seja inteligente (guiado pela inovação), inclusivo e sustentável. Tal objetivo requer que o papel do governo e de políticas públicas na economia seja repensado. Em particular, requer uma nova justificativa para a intervenção governamental que vá além da usual, de simplesmente corrigir “falhas de mercado”.

Neste contexto, política de inovação tem o papel de identificar e articular novos desafios que possam estimular novos padrões de produção, distribuição e consumo entre diferentes setores industriais. Políticas “mission-oriented” (orientadas por missões) podem ser definidas como políticas públicas sistêmicas na fronteira do conhecimento para atingir metas específicas ou “big science deployed to meet big problems” (“a grande ciência para enfrentar os grandes problemas”). Lidar com desafios de inovação – seja viajando para a Lua ou combatendo mudanças climáticas – requer investimentos de ambos os atores, público e privado”.

Tais diagnósticos e proposições apontam claramente para a construção de missões como caminho para o estabelecimento da agenda de pesquisa, desenvolvimento e inovação. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são, neste contexto, ferramenta privilegiada para a orientação e avaliação dos esforços.

4. Proposição de Mecanismos

4.1 Proposição de Mecanismos sistêmicos

4.1.1 Embrapii

4.1.2 Ferreira (2010)

4.2 Proposição de Mecanismos específicos para o âmbito das Instituições de Ensino, Pesquisa e Extensão

4.3 Proposição de Mecanismos específicos para o âmbito das Instituições de P&D

4.3.1 Fiocruz - Zika

4.4 Proposição de Mecanismos específicos para o âmbito das Instituições Não Governamentais

4.5 Proposição de Mecanismos específicos para o âmbito do Setor Produtivo

4.5.1 Encomendas de Estado - Parceria para o Desenvolvimento Produtivo (PDP)/ MS

<http://portalms.saude.gov.br/ciencia-e-tecnologia-e-complexo-industrial/complexo-industrial/parceria-para-o-desenvolvimento-produtivo-pdp>

5. Considerações finais

6. Referências

Academia Brasileira de Ciências (ABC). CIÊNCIA, TECNOLOGIA, ECONOMIA E QUALIDADE DE VIDA PARA O BRASIL Documento da ABC aos Candidatos à Presidência do Brasil - 2018 – Academia Brasileira de Ciências (ABC), 2018

Ferreira, M.J.B. Competências Empresariais e Políticas Governamentais de Apoio ao Desenvolvimento do Setor Aeroespacial: Casos da França e da Suécia./ Marcos José Barbieri Ferreira. – Campinas: UNICAMP. IE.NEIT / ABDI, 2010. 80p. ISBN 978-85-86215-68-1

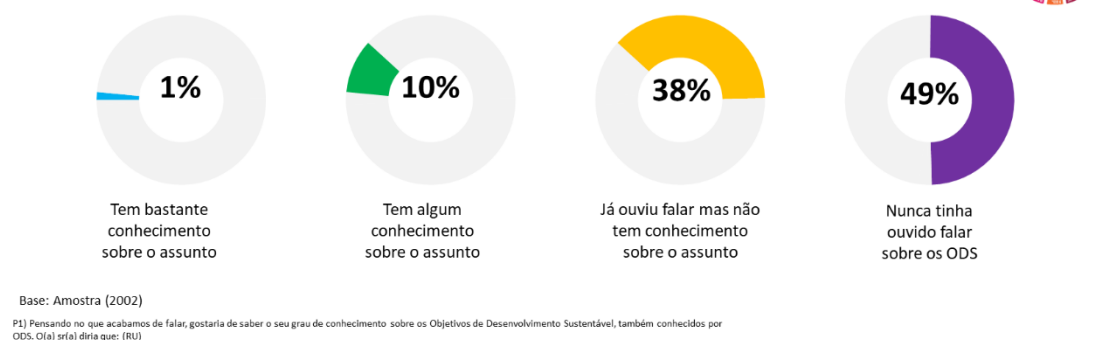
Mazzucato, M., & Penna, C. The Brazilian Innovation System: A Mission-Oriented Policy Proposal (Full Report/Relatório Completo) - Revised version. Brasília,DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2016a

5.5. Programa de formação de formadores para desenvolvimento de capacidades e fortalecimento de políticas públicas.

A democratização da Agenda 2030 é essencial para fomentar o engajamento de atores sociais dos mais variados segmentos em seu processo de implementação.

Pesquisa realizada em 2017³³, demonstra que apenas 1% da população conhece bem a Agenda.

Grau de conhecimento sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



Enquanto 1 em cada 10 pessoas afirma ter algum conhecimento sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, metade dos brasileiros nunca ouviu falar sobre eles

Mas não basta apenas democratizar a Agenda. É preciso qualificar esses atores sociais para que os Poderes Executivo e Legislativo - em suas três esferas - elaborem políticas públicas e legislações adequadas que garantam as condições necessárias para que a Agenda 2030 seja cumprida. Neste contexto, os órgãos de controle e os demais segmentos da sociedade também têm importante papel ao demandar e exigir políticas públicas e legislações que atendam ao bem comum e ao desenvolvimento sustentável e assegurem que "ninguém seja deixado para trás".

Para isso, o GT 1 propõe criar um Programa de Capacitação para desenvolvimento de capacidades e fortalecimento de políticas públicas, no modelo de formação de formadores, tendo como foco quatro públicos específicos: Poder Público, subdividido em Executivo,

³³ Encomendada pelo PNUD, a pesquisa realizada pelo IBOPE entrevistou 2.002 pessoas, distribuídas em 143 municípios brasileiros.

Legislativo, Judiciário e Órgão de Controle; Instituições de Ensino, Pesquisa e Extensão; Organizações da Sociedade Civil e Setor Privado.

A capacitação deve ser compreendida não apenas como um elemento de formação e estruturação de conhecimento, mas também um mecanismo por meio do qual é possível construir sinergias e redes no âmbito da implementação de políticas públicas.

Partindo dessa premissa, a capacitação voltada para a Agenda 2030 deve partir de três eixos estruturantes. Em primeiro lugar, promover o conhecimento da Agenda, de forma a alinhar expectativas e meios de implementação entre os diversos atores responsáveis por sua implementação: governo federal, governos estaduais, governos municipais, organizações da sociedade civil, organismos internacionais. Neste primeiro eixo, a capacitação deve ser compreendida como uma forma de alinhar conhecimento e estruturar meios de implementação de políticas no que diz respeito a todos os ODS, identificando questões estratégicas da Agenda e estruturando cursos de capacitação capazes de alinhar as expectativas.

Em segundo lugar, a capacitação deve ser uma oportunidade para a formação de redes entre os diversos atores. Devemos tomar como premissa que os diversos atores estratégicos da implementação de políticas devam estar envolvidos nas diversas atividades de capacitação, de modo a estabelecer redes de conhecimento que possam partilhar informações, experiências e atribuir à implementação dos ODS um caráter prático e aplicado.

Por fim, as atividades de capacitação devem envolver uma ampla rede de escolas de governo; instituições de ensino, pesquisa e extensão; organizações da sociedade civil; e setor privado. Os quais podem proporcionar os meios adequados para que a estratégia de capacitação seja efetivamente construída.

Partindo destas premissas, será necessária uma atividade de coordenação das estratégias de capacitação, uma vez que ela deve ser implementada em rede, de forma a alcançar os diversos agentes envolvidos na implementação das políticas e possibilitar a constituição de parcerias estratégicas visando os ODS.

A estratégia para a implementação da capacitação sobre a Agenda 2030 deve possibilitar a construção de uma rede, coordenada pela CTPMI, envolvendo as seguintes organizações:

- Sistema de Escolas de Governo da União (SEGU), composto por dez escolas de governo coordenadas pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP).
- Instituto Legislativo Brasileiro.
- Escolas de Governo e Escolas Legislativas estaduais e municipais.
- Instituições de Ensino, Pesquisa e Extensão; associações científicas e organizações profissionais.

- Organizações da sociedade civil.
- Setor privado.
- Entidades municipalistas.

A primeira questão no processo de capacitação é cobrir, de forma coerente e organizada, a complexidade da estrutura federativa. É necessário que governo federal, governos estaduais, governos municipais e organizações da sociedade civil adiram à estratégia de capacitação e participem de uma estrutura coerente, capaz de reconhecer, ao mesmo tempo, a especificidade de cada objetivo e os meios de implementação necessários, assim como o conjunto da Agenda e as interlocuções entre cada um dos ODS.

Nesse sentido, é necessário investir em uma capacitação que aprimore os meios de gestão dos governos, forme lideranças dentro do setor público e das organizações da sociedade civil e promova a Agenda 2030 de forma coerente e robusta.

Em suma, o GT 1 propõe criar uma rede capaz de pensar um Programa de Capacitação visando a construção de capacidades para o desenvolvimento sustentável, norteado pela Agenda 2030, que dissemine informações e práticas para estados, municípios e sociedade civil.

A abordagem deve ser o fortalecimento de capacidades para o planejamento de políticas públicas vinculadas aos ODS, envolvendo as entidades municipalistas estaduais e a sociedade civil organizada, a fim de difundir e implementar iniciativas locais vinculadas aos Objetivos.

O Programa de Capacitação terá um módulo básico de nivelamento sobre a Agenda 2030 e módulos específicos para Poder Público (subdividido em Executivo, Legislativo, Judiciário e Órgão de Controle); Instituições de Ensino, Pesquisa e Extensão; Organizações da Sociedade Civil e Setor Privado. E será ministrado de forma presencial e a distância.

No primeiro semestre de 2019 serão realizadas 3 capacitações piloto. Para isso:

- A Rede ODS Brasil (por meio da Prefeitura de Barcarena) está desenvolvendo conteúdo e metodologia para o Poder Executivo Municipal.
- A Rede ODS Brasil (por meio da Rede ODS EMBRAPA, em parceria com o MAPA) desenvolveu conteúdo e metodologia para instituições de pesquisa.

A Capacitação Continuada em ODS para instituições de pesquisa no Brasil, se dará na modalidade mista e acontecerá em quatro momentos.

O primeiro momento será a etapa presencial e tratará da formação de multiplicadores multiníveis (estratégico, tático e operacional) e está prevista para acontecer em Brasília, no primeiro trimestre de 2019. A partir do aprendizado metodológico de internalização e interiorização dos ODS, os multiplicadores vão atuar como facilitadores locais (unidades

descentralizadas, superintendências do MAPA e vinculadas) na disseminação da Agenda 2030 com o intuito de melhorar a percepção institucional de oportunidades, sinergia e cooperação nos temas relacionados à programação da Embrapa em sinergia com os ODS.

No segundo momento os facilitadores contarão com os módulos EaD para apoiar a execução do aprendizado do módulo presencial no âmbito tático e operacional nas unidades descentralizadas. Os empregados da Embrapa utilizarão os módulos EaD para desenvolver essa metodologia e realizar o nivelamento, alinhamento, adequação de metas, definição de indicadores, visão de políticas públicas integradas aos 17 ODS, contribuindo, complementarmente, para o planejamento estratégico e subsidiando a etapa seguinte de interiorização.

O terceiro momento pretende envolver as redes locais de multi parceiros (setor privado, universidade, sociedade civil, secretarias estaduais e municipais, entre outros) iniciando a interiorização dos ODS em seu território e contribuindo para estimular a integração de parceiros, políticas, iniciativas e redes de PD&I nas temáticas priorizadas na etapa anterior.

Por fim, quando os indicadores multiníveis estiverem estabelecidos por unidades descentralizadas, acontecerá o quarto momento da Capacitação Continuada. As ações dos multiplicadores serão acompanhadas por e-mail, comunicação telefônica, internet e videoconferência pela Coordenação da Rede ODS Embrapa com o intuito de identificar boas práticas, meios de implementação, experiências e casos de sucesso que retroalimentem a melhoria do atendimento as metas pela Embrapa da Agenda até 2030.

O trabalho em parceria com o MAPA será fundamental para fortalecer a sinergia das ações interinstitucionais entre a Embrapa, o MAPA e suas vinculadas em relação aos ODS. Ao final espera-se uma percepção mais apurada da sociedade sobre a contribuição dessas instituições no desenvolvimento sustentável do país, a partir da PD&I agropecuária.

O benefício para as unidades descentralizadas é a percepção objetiva da contribuição de cada unidade para o cumprimento das metas dos ODS habilitando-as a aproveitar oportunidades, reduzir riscos, atingir resultados e ampliar as redes de cooperação. Para a Embrapa é uma ferramenta de gestão estratégica em PD&I focada no desenvolvimento sustentável da agropecuária brasileira.

A Capacitação poderá ser adaptada para replicação em outras instituições de pesquisa.

- A Rede Brasil do Pacto Global desenvolveu conteúdo e metodologia para o setor privado. A capacitação será baseada no Guia de implementação dos ODS para empresas - SDG Compass, que propõe uma abordagem prática, atrelada ao negócio principal da organização. Lançado em 2015 pelo United Nations Global Compact, World Business Council for Sustainable Development e Global Reporting.

O [SDG Compass](#), aborda em cinco passos o processo de integração dos ODS à estratégia empresarial. O documento é considerado uma publicação fundamental e básica para a atuação empresarial com os ODS, independentemente do porte e setor de atuação da empresa. O guia também é customizável para ONGs e agências governamentais.

O treinamento visa a compreensão da organização sobre como contribuir para os ODS por meio de sua atividade principal, compreendendo seus impactos, estabelecendo metas ambiciosas e comunicando seus avanços de forma transparente na agenda.

São explorados, em 7 horas, o entendimento dos 5 passos do SDG Compass:

1. Compreendendo os ODS
2. Definir prioridades
3. Estabelecendo objetivos
4. Integrando
5. Relatórios e comunicação

Metodologia: Exposição de conteúdo por meio de apresentações e vídeos, estudos de caso e execução de dinâmicas.

Proposta de agenda

Início	Assunto	Facilitador
09:00	Boas Vindas	Representante da organização que recebe o treinamento
	Passo 1 - Entendendo os ODS	
09:20	O que são os ODS e qual o papel das organizações no seu alcance; como sensibilizar as áreas chaves sobre a agenda 2030	Ponto focal para ODS na Rede Brasil do Pacto Global
10:00	Perguntas	
	Passo 2 – Definindo Prioridades	
10:20	Como mapear a cadeia de valor para identificar impactos; como selecionar indicadores e coletar dados;	Ponto focal para ODS na Rede Brasil do Pacto Global
10:50	Dinâmica para aplicação nos	Público se divide em grupos - cada grupo deve ter

	grupos de trabalho	um facilitador
11:30	Apresentação dos grupos	Relatores dos grupos
12:00	ALMOÇO	
	Passo 3 – Estabelecendo metas	
13:30	Como definir o escopo das metas e selecionar os KPIs; como estabelecer o nível de ambição e anunciar o compromisso com os ODS	Ponto focal para ODS na Rede Brasil do Pacto Global
14:10	Perguntas	
	Passo 4 – Integração	
14:30	Como ancorar as metas no core business; como incorporar a sustentabilidade em todas as funções da empresa	Ponto focal para ODS na Rede Brasil do Pacto Global
14:50	Dinâmica para aplicação nos grupos de trabalho	Público se divide em grupos - cada grupo deve ter um facilitador
15:20	Apresentação dos grupos	Relatores dos grupos
	Passo 5 – Relato e Comunicação	
15:40	Como alinhar o relato e a comunicação com os ODS	Ponto focal para ODS na Rede Brasil do Pacto Global
15:50	Dinâmica para aplicação nos grupos de trabalho	Plateia se divide em grupos - cada grupo deve ter um facilitador
16:20	Apresentação dos grupos	Relatores dos grupos
16:40	Dinâmica de Conclusão	Ponto focal para ODS na Rede Brasil do Pacto Global
17:00	Encerramento	

5.6 Propor estratégias de financiamento e alocação de recursos que fomentem a implementação da Agenda 2030

- **Estabelecimento de Parcerias para Mudanças Estruturais na Educação (4.a, b, c)**

O Brasil tem uma grande lacuna na formação de pessoas, com um sistema educacional que não ensina a pensar e a escola é vista por estudantes de diversas classes sociais como um obstáculo à criatividade. Estudar não cativa e os resultados mostram. O País está em uma colocação vergonhosa no teste PISA (matemática, ciências e habilidade de

leitura), ficando em 63º lugar numa lista de setenta países. Esta lacuna fornece diversas oportunidades para mudanças profundas necessárias no sistema de educação, para além da garantia de financiamento para o serviço básico. Educação precisa entrar na moda para estudantes, que precisam se interessar por assuntos. A Agenda 2030 sugere parcerias e troca de experiências para reenergizar o ato de ensino e aprendizado em suas metas 4.b e 4.c, enquanto a 4.a reforça a necessidade de educação inclusiva e segura para jovens de populações vulneráveis e sensível aos diversos gêneros, não só meninas e garotas, como toda juventude estudantil LGBTI, etnicamente diversa ou com dificuldades físicas contingenciais. Mais investimento direto é preciso para adequar os espaços físicos para essas pessoas. Incluir o menos favorecido requer ter que fazer esforço extra para dar condições de redução de assimetrias contingenciais, desde construir rampas de acesso nas escolas até em capacitar profissionais capazes de construir o arcabouço ético e moral de inclusão das diferenças visibilizadas.

Ao mesmo tempo, tecnologias inovadoras, não reduzidas apenas a acesso à informação via meios eletrônicos, mas valorizando aprendizados e saberes tradicionais comprovados por evidência quantitativa, e científicos que precisam de financiamento específico para serem amplificados a ponto de se tornarem o normal e floresçam do ponto de vista econômico, não encontram pontes de acesso a capital.

Normalizar a mudança requer financiar a inovação para a transformação, particularmente para se enquadrar nas demandas da Agenda 2030.

- **Ciência, Tecnologia e Inovação (1.a, 2.a, 3.b, 3.d, 4.b, 5.b, 6.a, 7.a, 7.b, 8.2, 9.a, .b, .c, 10.c, 11.c, 12.a, .b, .c, 14.a, 15.c, 16.a, 17.6, .7, .8).**

É necessário financiar a agenda de ciência e tecnologia, incluindo financiamento para expansão de tecnologias sociais, de informação e comunicação, a fim de fomentar possibilidades de inovação e seus efeitos multiplicadores associados aos princípios de sustentabilidade integral. Vinte e quatro metas estão diretamente atreladas ao desenvolvimento de tecnologia voltada à sustentabilidade em múltiplos níveis, desde substituição de matriz energética a construção civil.

As ferramentas eletrônicas disponíveis precisam se transformar em instrumentos de mudança sustentável, integrando pessoas e soluções inovadoras para o desenvolvimento, a igualdade, o respeito aos direitos fundamentais, a educação, a saúde, o bem-estar, a preservação ambiental e dos ecossistemas. Esta é a integralidade da agenda que os mecanismos de financiamento precisam usar como barômetro para canalizar seus capitais.

No contexto específico do Brasil, a iniciativa privada financeira ainda é por demais incipiente para correr riscos de investimento em explorações voltadas a mudanças de paradigmas de desenvolvimento, daí praticam juros proibitivos para que se mova a máquina do empreendedorismo inovador. O Estado brasileiro ainda é, e por muito tempo ainda o será, o maior agente econômico do País, um privilégio em vários sentidos, como mostram os números da rede de bancos estaduais ou regionais de desenvolvimento, além da robusta saúde financeira do BNDES, principal agente de financiamento para o desenvolvimento.

CTI é parte nevrálgica da possibilidade de transição para desenvolvimento sustentável. Na A⁴ (FfD) ela surge logo nos parágrafos **3** e **5**. Enquanto no primeiro reconhece os avanços alcançados, no seguinte sugere que os Estados coloquem um arreio, regulem apropriadamente (harness) no seu potencial para direcionar à Agenda 2030, e os bancos de desenvolvimento devem focar nesse potencial.

Enquanto isso, no parágrafo **33**, explicitamente chama atenção ao papel dos bancos de desenvolvimento para impulsionarem a mudança.

A Agenda de Adis dedica todo um capítulo a CTI (Seção G, parágrafos 114 a 124, além de seu uso para a seção H, Dados, Seguimento e Monitoramento). Sob forte influência do Brasil, foi criado no parágrafo 123, o Mecanismo de Facilitação Tecnológica (TFM, na sigla em inglês), ainda em processo de implementação, mas que será uma forma de troca de conhecimento e tecnologias sustentáveis, por diversas partes interessadas, criando condições de possibilidade de financiamento e alavancagem de tecnologias compartilhadas e compatíveis ao redor do mundo.

➤ **Recomendação**

- Integrar o conhecimento acadêmico a linhas de financiamento em pesquisa e desenvolvimento que possa gerar novas subcategorias econômicas, particularmente os que tenham base em ciências naturais (químico-biológicas), tecnologias digitais, e economia criativa (cultural, esportiva e educacional).

- **Setor privado** [Atores relevantes a serem convidados para fazer parte do estudo: Ministério da Fazenda, CVM, IBOVESPA, FEBRABAN, CEBDS]
- As finanças verdes assumem potencial para direcionar recursos nacionais e internacionais para a consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Há perspectiva de que grandes volumes de recursos sejam destinados ao longo dos próximos anos ao financiamento de projetos sustentáveis. A implementação dessa agenda demanda a criação de um novo paradigma de financiamento, em que as **fontes privadas adquiram relevância**. Após análise preliminar, oito dos dezessete ODS guardam relação direta com temas concernentes às finanças verdes: ODS 6 - Água Limpa e Saneamento; ODS 7 - Energia

Acessível e Limpa; ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura; ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis; ODS 12 - Consumo e Produção Responsáveis; ODS 13 – Combate às Alterações Climáticas; ODS 14 - Vida Debaixo da Água; e ODS 15 – Vida sobre a Terra.

- O Laboratório de Inovação Financeira (LAB) foi criado em 2017 por meio de uma parceria entre a Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a fim de ser um fórum multissetorial que promova o debate e o compartilhamento de experiências entre os diversos agentes da economia, contando com a participação do setor público e do setor privado, que suportem o desenvolvimento de inovações financeiras e do desenvolvimento sustentável do Brasil. O LAB conta com a participação de mais de 80 instituições, como Banco Central do Brasil, B3, Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (AMBIMA), Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco Itaú, Wright Capital, Pinheiro Neto Advogados, entre outros. O Ministério da Fazenda faz parte na condição de membro pleno, com participação ativa nos grupos de trabalho, sendo relator em subgrupo do GT sobre Finanças Verdes. O LAB possui quatro grupos de trabalho (GT), destinados à discussão e à elaboração de produtos inovadores em seus campos de interesse: i) Títulos Verdes, ii) Finanças Verdes, iii) Fintech e iv) Instrumentos Financeiros e Investimentos de
- O estudo mais relevante nesse tema é o Relatório da Febraban sobre Sistema Financeiro e Sustentabilidade, onde são mensurados os recursos financeiros alocados na economia verde no Brasil, tanto por meio de crédito bancário como via mercado de capitais – vide anexo. Vale ressaltar que esse relatório não diferencia financiamento concedido por bancos públicos ou privados.